

A criminalização da pobreza no discurso político-midiático conservador brasileiro

Antônio Felipe Aragão dos Santos

Antônio Felipe Aragão dos Santos

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –
Mossoró, RN, Brasil.

E-mail: felipearagao@uern.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7736-172X>

Resumo: Este artigo investiga como discursos político-midiáticos conservadores no Brasil constroem a pobreza como desvio moral, ameaça urbana ou caso de polícia, contribuindo para sua criminalização simbólica em ambientes digitais. Ancorado na Análise Crítica do Discurso, articula o modelo tridimensional de Fairclough, a abordagem sociocognitiva de Van Dijk e a perspectiva histórico-discursiva de Wodak para examinar enunciados de atores públicos e sua circulação em plataformas como X/Twitter, Instagram e Facebook. Os resultados evidenciam estratégias recorrentes de deslegitimação de políticas sociais, biologização da pobreza, culpabilização individual e polarização “nós x eles”, além de metáforas de limpeza e segurança que naturalizam intervenções repressivas. Argumenta-se que tais discursos apagam determinações estruturais (desigualdade, precarização, racismo) e reforçam um imaginário punitivista que legitima violência institucional e seletividade penal, atualizando criticamente advertências marxianas sobre a conversão de problemas sociais em matéria criminal.

Palavras-chave: Criminalização da pobreza; discurso conservador; Análise Crítica do Discurso.

The Criminalization of Poverty in Brazilian Conservative Political-Media Discourse

Abstract: This article examines how conservative political-media discourses in Brazil construct poverty as a moral failure, an urban threat, or a matter for policing, thereby contributing to its symbolic criminalization in digital environments. Grounded in Critical Discourse Analysis, it brings together Fairclough's three-dimensional model, Van Dijk's socio-cognitive approach, and Wodak's discourse-historical perspective to analyze statements by public actors and their circulation on platforms such as X/Twitter, Instagram, and Facebook. The findings reveal recurring strategies of delegitimizing social policies, the biologization of poverty, individual blame, and "us versus them" polarization, alongside metaphors of cleanliness and security that normalize repressive interventions. The article argues that these discourses obscure structural determinants (inequality, labor precarization, racism) and reinforce a punitive imaginary that legitimizes institutional violence and penal selectivity, critically updating Marxian warnings about transforming social problems into criminal matters.

Keywords: Criminalization of poverty; conservative discourse; Critical Discourse Analysis.

La criminalización de la pobreza en el discurso político-mediático conservador brasileño

Resumen: Este artículo investiga cómo los discursos político-mediáticos conservadores en Brasil construyen la pobreza como una desviación moral, una amenaza urbana o un asunto policial, contribuyendo a su criminalización simbólica en entornos digitales. Anclado en el Análisis Crítico del Discurso, articula el modelo tridimensional de Fairclough, el enfoque sociocognitivo de Van Dijk y la perspectiva histórico-discursiva de Wodak para examinar enunciados de actores públicos y su circulación en plataformas como X/Twitter, Instagram y Facebook. Los resultados evidencian estrategias recurrentes de deslegitimación de las políticas sociales, biologización de la pobreza, culpabilización individual y polarización "nosotros vs. ellos", así como metáforas de limpieza y seguridad que naturalizan intervenciones represivas. Se argumenta que estos discursos invisibilizan determinaciones estructurales como la desigualdad, la precarización laboral y el racismo, y refuerzan un imaginario punitivista que legitima la violencia institucional y la selectividad penal, actualizando críticamente advertencias marxianas sobre la conversión de problemas sociales en materia criminal.

Palabras clave: Criminalización de la pobreza; discurso conservador; Análisis Crítico del Discurso.

Introdução

Atualmente, assiste-se a um deslocamento expressivo na maneira como a pobreza é discursivamente significada no espaço público. Em vez de ser compreendida como efeito de processos históricos, econômicos e estruturais, tais como a desigualdade social, o racismo estrutural e a precarização das relações de trabalho, a pobreza passa a ser frequentemente enquadrada como falha moral individual, desvio de conduta ou ameaça à ordem urbana. Tal construção discursiva é particularmente recorrente em enunciados produzidos por agentes políticos de orientação conservadora, nos quais sujeitos e grupos em situação de vulnerabilidade social deixam de ser reconhecidos como portadores de direitos e passam a ser representados como obstáculos à segurança, à limpeza e ao funcionamento “regular” da cidade, legitimando práticas de contenção, controle e exclusão.

Essa lógica discursiva não constitui um fenômeno inteiramente novo. Já no século XIX, Karl Marx alertava para os riscos de se converter em crime aquilo que resulta de circunstâncias sociais historicamente determinadas, sobretudo quando o Estado, ao invés de enfrentar as condições materiais que produzem a desigualdade, opta por reprimi-la por meio da punição. Para Marx (2017, p. 87),

O legislador sábio impedirá o crime para não ter de puni-lo, mas ele não o impedirá impedindo a esfera do direito, e sim privando todo impulso jurídico de sua essência negativa, concedendo-lhe uma esfera positiva de ação. Ele não se restringirá a afastar a impossibilidade de que os integrantes de uma classe pertençam de direito a uma esfera mais elevada, mas elevará sua própria classe a uma possibilidade real de direitos; porém, se o Estado não for suficientemente humano, rico e generoso para isso, pelo menos é seu dever incondicional não transformar em crime o que foi convertido em contravenção unicamente por circunstâncias. Ele precisa valer-se da máxima clemência para corrigir como desordem social o que só pode punir como crime antissocial valendo-se da máxima injustiça. Caso contrário, ele combaterá o instinto social, achando que está combatendo sua forma associal. Em suma, quando se reprimem direitos consuetudinários tradicionais de um povo, seu exercício só pode ser tratado como simples contravenção de competência da polícia, e jamais punido como crime.

Nesse sentido, observou-se, no cenário político brasileiro contemporâneo, a recorrência de discursos vinculados ao conservadorismo e à extrema direita que apresentaram como resposta para problemas estruturais do país intervenções restritas ao plano superficial da ordem e da punição. À luz do marxismo, tal deslocamento não se configurou como simples opção retórica, mas como operação ideológica que inverteu a causalidade social: contradições produzidas por relações de exploração, precarização do trabalho, desigualdade e desproteção social foram reconfiguradas como “desvios” individuais, a serem corrigidos pelo aparato penal.

Nesse ponto, a crítica de Marx e Engels permanece viva ao enfatizar que “tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com a sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (Marx; Engels, 2007, p. 87), o que implica reconhecer que a miséria e a violência não podem ser explicadas por atributos morais isolados, mas pelas condições concretas de existência.

Nessa mesma direção, as narrativas punitivistas tenderam a converter a violência e a pobreza, efeitos de uma sociabilidade fundada na acumulação e na expropriação, em falhas morais ou déficits de caráter, legitimando o aumento de penas, a redução da maioria penal e a intensificação da repressão policial. Trata-se, assim, de uma gestão punitiva da questão social que, em vez de enfrentar as bases materiais da desigualdade, preservou a ordem vigente ao administrar seus “excedentes” humanos e territoriais por meio da coerção, reafirmando a função do Estado na reprodução das relações de classe.

Essa dinâmica se torna ainda mais inteligível quando se retoma a formulação de Marx e Engels de que “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material das pessoas, com a linguagem da vida real” (Marx; Engels, 2007, p. 93). Em outras palavras, o discurso que moraliza a pobreza não paira acima da realidade: ele é parte da própria materialidade social que busca organizar e justificar.

Por isso, ao investigar tais discursos, torna-se metodologicamente necessário partir das pessoas realmente ativas e de seu processo de vida real, como ensinam os autores de *A ideologia alemã*:

não se parte daquilo que as pessoas dizem, imaginam ou representam, tampouco das pessoas pensadas, imaginadas e representadas para, a partir daí, chegar às pessoas de carne e osso; parte-se das pessoas realmente ativas e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] As pessoas, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Assim, no campo dos estudos discursivos, o analista não pode se deixar conduzir por um horizonte idealista que toma os enunciados conservadores como verdades em si, nem propor intervenções restritas ao plano da superfície discursiva como se bastassem para alterar determinações materiais profundas.

É nesse ponto que, como pesquisador e professor, assumo o compromisso de contribuir, tanto nas aulas quanto na escrita acadêmica, para uma perspectiva que desnaturalize as mazelas sociais e recuse explicações moralizantes. A pobreza e a criminalidade não constituem “causas em si”; suas determinações são mais profundas e remetem às contradições do modo de produção capitalista, às formas de exploração e aos mecanismos de produção de desigualdade que estruturam a vida social. O discurso conservador e preconceituoso tende a silenciar essas mediações e a oferecer soluções mágicas e paliativas, convertendo problemas estruturais em falhas individuais. Nesse sentido, a Análise Crítica do Discurso torna-se um instrumento privilegiado para desvelar o que opera “por trás” dos enunciados: suas pressuposições, seus apagamentos, seus interesses e seus efeitos de poder, permitindo tornar visíveis as relações entre linguagem, ideologia e estrutura social que sustentam a criminalização da pobreza e a legitimação da violência institucional.

O paradoxo recente entre propostas de endurecimento penal para crimes associados a facções e, simultaneamente, propostas de abrandamento ou tratamento mais leniente para agentes envolvidos

em uma tentativa de golpe¹ revela a seletividade estrutural do sistema punitivo enquanto expressão de classe. Em termos marxistas, a lei e a pena não se apresentam como instâncias neutras: elas tendem a incidir com maior dureza sobre os grupos subalternos e a funcionar com maior elasticidade quando o conflito toca setores situados no núcleo do poder político-econômico.

Ainda que o foco deste artigo não seja discutir o caso específico de proposta de redução das penas em crimes contra o estado democrático de direito, ele se torna exemplar para evidenciar como a ideologia punitivista convive com mecanismos de proteção das elites: rigor e espetacularização do castigo para os “inimigos sociais” e flexibilização jurídica para aqueles cujas ações ameaçam a ordem apenas quando disputam internamente o controle do Estado. É nessa lógica de reprodução das hierarquias, isto é, de dois pesos e duas medidas, que se atualiza a crítica marxista à criminalização da pobreza como estratégia de manutenção da dominação.

É nesse cenário que a linguagem assume papel central na produção simbólica da exclusão social. Por meio de escolhas lexicais, metáforas e enquadramentos discursivos específicos, populações como moradores em situação de rua, trabalhadores informais, catadores de materiais recicláveis e usuários de drogas são sistematicamente associadas a campos semânticos do perigo, da sujeira, da desordem e da criminalidade. Tais associações não apenas reforçam estigmas historicamente construídos, como também operam como mecanismos de legitimação de políticas punitivistas e de práticas de violência institucional, naturalizadas no imaginário social e apresentadas como respostas necessárias à manutenção da ordem pública.

Um episódio emblemático desse processo discursivo ocorreu após uma megaoperação policial realizada no Rio de Janeiro, que resultou na morte de cerca de 60 pessoas em comunidades da zona norte da cidade. O caso, que chocou o país e rapidamente passou a dominar o debate político e midiático, foi definido pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) como “a maior faxina da história do Rio” (Ferreira, 2025). A expressão, amplamente compartilhada e comentada nas redes sociais digitais, viralizou ao mobilizar uma metáfora de limpeza urbana que associa territórios populares e seus habitantes à sujeira e ao descarte, produzindo uma desumanização simbólica das vítimas da violência estatal. O elevado engajamento obtido por esse enunciado evidencia como tais discursos encontram ressonância social e são rapidamente legitimados no espaço público digital.

No Brasil contemporâneo, assiste-se a um deslocamento expressivo na maneira como a pobreza é discursivamente significada no espaço público. Em vez de ser compreendida como efeito de processos históricos, econômicos e estruturais, tais como a desigualdade social, o racismo estrutural e a precarização das relações de trabalho, a pobreza passa a ser frequentemente enquadrada como falha moral individual, desvio de conduta ou ameaça à ordem urbana.

¹ Em 10 de dezembro de 2025, ganhou destaque no debate político e jurídico o Projeto de Lei que altera a dosimetria dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, ao prever critérios mais brandos para a fixação e a progressão das penas, especialmente quando os atos não forem enquadrados como liderança ou financiamento. Críticos apontam que a proposta pode resultar, na prática, na redução das penas aplicadas aos envolvidos nos atos golpistas de 08 de janeiro de 2023, evidenciando a seletividade do sistema penal no tratamento de diferentes agentes políticos.

Tal construção discursiva é particularmente recorrente em enunciados produzidos por agentes políticos de orientação conservadora, nos quais sujeitos e grupos em situação de vulnerabilidade social deixam de ser reconhecidos como portadores de direitos e passam a ser representados como obstáculos à segurança, à limpeza e ao funcionamento “regular” da cidade. Nesse sentido, coloca-se a questão de como tais discursos operam linguisticamente para transformar a pobreza em objeto de controle, repressão e exclusão simbólica no espaço público.

Essa lógica discursiva não constitui um fenômeno inteiramente novo. Já no século XIX, Karl Marx alertava para os riscos de se converter em crime aquilo que resulta de circunstâncias sociais historicamente determinadas, sobretudo quando o Estado, em vez de enfrentar as condições materiais que produzem a desigualdade, opta por reprimi-la por meio da punição.

A advertência marxiana permite compreender que a criminalização de práticas associadas à sobrevivência material das classes subalternas não se limita ao campo jurídico, mas se realiza, de modo decisivo, no plano simbólico e discursivo. Nesse horizonte, torna-se pertinente indagar de que maneira representantes do poder legislativo, ao se expressarem no espaço midiático-digital, atualizam esse movimento histórico ao construir a pobreza como desvio moral, ameaça social ou caso de polícia.

É nesse cenário que a linguagem assume papel central na produção simbólica da exclusão social. Por meio de escolhas lexicais, metáforas e enquadramentos discursivos específicos, populações como moradores em situação de rua, trabalhadores informais, catadores de materiais recicláveis e usuários de drogas são sistematicamente associadas a campos semânticos do perigo, da sujeira, da desordem e da criminalidade. A circulação ampliada desses enunciados, sobretudo nas redes sociais digitais, suscita o seguinte problema de pesquisa: como discursos políticos produzidos por deputados federais e senadores brasileiros assumidamente conservadores constroem a pobreza como desvio moral, ameaça social ou caso de polícia, contribuindo para sua criminalização simbólica no espaço midiático-digital?

Parte-se da hipótese de que os discursos políticos de orientação conservadora tendem a representar a pobreza como resultado direto e exclusivo de escolhas individuais, comportamentos desviantes ou falhas morais dos próprios sujeitos em situação de vulnerabilidade.

Nessa perspectiva, fatores estruturais como a desigualdade social, o racismo estrutural e a precarização das relações de trabalho são sistematicamente apagados ou minimizados, deslocando a responsabilidade pela exclusão social do campo das políticas públicas e das estruturas econômicas para o plano da moral individual. Tal operação discursiva contribui para a despolitização da pobreza e para sua reconfiguração como problema de ordem e disciplina.

Outra hipótese que orienta este estudo é a de que a linguagem mobilizada nesses discursos associa recorrentemente a pobreza a campos semânticos da desordem, do perigo, da sujeira e da criminalidade. Por meio de metáforas, adjetivações e enquadramentos específicos, sujeitos pobres são simbolicamente convertidos em ameaças à segurança pública e ao funcionamento da cidade, o que reforça um imaginário punitivista e naturaliza intervenções repressivas. Nesse processo, a violência

institucional passa a ser discursivamente justificada como resposta legítima e necessária à manutenção da ordem social.

Considera-se que o elevado engajamento midiático alcançado por esses enunciados, expresso em curtidas, compartilhamentos e comentários nas redes sociais digitais, desempenha papel central na amplificação e legitimação social desses enquadramentos discursivos. A circulação intensificada desses discursos no ambiente digital contribui para sua naturalização no senso comum, consolidando visões punitivistas sobre a pobreza e fortalecendo a criminalização simbólica de grupos socialmente vulnerabilizados no espaço público contemporâneo.

Análise Crítica do Discurso

Este estudo ancora-se nos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD), entendida não apenas como um conjunto de ferramentas analíticas voltadas à descrição linguística, mas como um campo teórico-metodológico comprometido com a investigação das relações entre linguagem, poder, ideologia e desigualdade social.

A ACD parte do princípio de que o discurso constitui uma prática social, historicamente situada, que tanto reflete quanto produz e legitima relações de dominação, sendo, portanto, um espaço privilegiado para a análise dos processos de exclusão simbólica que atravessam as sociedades contemporâneas.

Na perspectiva de Norman Fairclough (2001, 2010), o discurso deve ser compreendido em sua articulação dialética com as práticas sociais mais amplas que o produzem e que por ele são, simultaneamente, reconfiguradas. Os textos não funcionam como simples espelhos da realidade social, mas como práticas sociais em si, dotadas de capacidade ativa de produzir, sustentar ou transformar ideologias e relações hegemônicas.

O modelo tridimensional proposto por Fairclough, que articula análise textual, prática discursiva e prática social, constitui um instrumental analítico especialmente fecundo para demonstrar como escolhas linguísticas aparentemente neutras se associam a projetos políticos específicos, contribuindo para a naturalização de determinadas visões de mundo. Parte-se do entendimento de que “o discurso é uma dimensão das práticas sociais, que seriam constituídas também por elementos não discursivos como as crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais” (Chouliaraki; Fairclough, 1999, p. 29), o que reforça a necessidade de analisar o discurso em sua inserção mais ampla nas dinâmicas sociais.

No próximo item deste artigo, as categorias analíticas sinalizados no parágrafo anterior serão mobilizadas na investigação do discurso de atores políticos sobre temas relacionados ao campo semântico da pobreza e dos sujeitos pobres, buscando evidenciar de que modo tais enunciados participam da produção, da legitimação e da circulação de sentidos que estruturam hierarquias sociais e políticas.

No discurso político conservador examinado neste trabalho, essa abordagem permite mostrar como a pobreza é construída discursivamente como um problema de ordem moral e de segurança

pública, deslocando-a do campo dos direitos sociais e contribuindo para a legitimação de respostas punitivistas, em detrimento de políticas de proteção e justiça social. Essa concepção é explicitada pelo próprio Fairclough ao afirmar:

Representações ideológicas podem ser identificadas em textos (Thompson 1984 classifica ideologia como “significado a serviço do poder”), mas, ao dizer que ideologias são representações que podem se mostrar para contribuir com as relações sociais de poder e dominação, estou sugerindo que a análise textual precisa ser enquadrada nesse aspecto na análise social que possa considerar corpos de textos em termos de seus efeitos nas relações de poder (Fairclough, 2003, p. 9, tradução nossa).

A citação reforça que a identificação de ideologias nos textos não se esgota na descrição de recursos linguísticos isolados, exigindo que a análise seja situada no plano social mais amplo, em que discursos produzem efeitos concretos sobre as relações de poder. Assim, analisar textos significa examinar como eles circulam, são apropriados e ganham força institucional, contribuindo para estabilizar determinadas hierarquias e formas de dominação.

Na sociedade contemporânea, marcada pela intensificação dos fluxos comunicacionais e pela centralidade dos discursos midiáticos e digitais, a ACD torna-se ainda mais relevante, pois discursos reiterados em larga escala tendem a naturalizar enquadramentos ideológicos e a reduzir a visibilidade de alternativas contra-hegemônicas. Ao mesmo tempo, a própria noção de dialética entre discurso e prática social permite sustentar que tais processos não são unidirecionais: se o discurso atua na manutenção da hegemonia, ele também constitui um espaço de disputa, no qual práticas discursivas críticas podem tensionar sentidos dominantes e abrir possibilidades de reconfiguração das relações sociais.

Complementarmente, as contribuições de Teun A. van Dijk (2008, 2015) tornam-se importante ao deslocar a análise do discurso para além da superfície textual, evidenciando que os sentidos socialmente partilhados se organizam também no plano da cognição social. Nessa perspectiva, ideologias não se limitam ao “que está escrito”, mas se estabilizam em modelos mentais coletivamente produzidos, que orientam percepções, avaliações e tomadas de posição dos grupos sobre si e sobre os outros. É nesse quadro que a polarização “nós” versus “eles” se apresenta como elemento central da construção identitária, frequentemente acionada por discursos racistas, classistas e excludentes. No corpus em análise, tal enfoque ajuda a compreender como sujeitos pobres podem ser discursivamente posicionados como “outros” ameaçadores, enquanto certos grupos se autoinscrevem como representantes da ordem, da moralidade e do “cidadão de bem”, operação que remete, diretamente, ao modo como sociedade, cognição e discurso se articulam de forma indissociável, como explicita o próprio autor:

não há uma influência direta da estrutura social sobre a escrita ou fala. Antes, estruturas sociais são observadas, experimentadas, interpretadas e representadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação cotidiana. É essa (subjetiva) representação, esses modelos mentais de eventos específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam o discurso. Portanto,

nos ECD (Estudos Críticos do Discurso) precisamos estudar problemas sociais em termos do triângulo discurso-cognição-sociedade. *Nenhuma de suas três dimensões pode ser realmente entendida sem as outras* (van Dijk, 2017, p. 26, grifo nosso).

O trecho reforça que a relação entre estrutura social e linguagem não é mecânica nem imediata: ela se realiza mediada pela forma como os sujeitos vivenciam e interpretam o mundo social, constituindo modelos mentais que, por sua vez, orientam o próprio discurso. Na sociedade atual, essa tríade discurso–cognição–sociedade se torna ainda mais visível porque a produção de sentidos circula de maneira intensificada em ambientes de alta capilaridade (mídias, redes, plataformas), nos quais narrativas se repetem, se simplificam, se polarizam e passam a funcionar como “atalhos” cognitivos para explicar o real.

Diante do exposto, surge a importância de defender que modelos mentais não aparecem do nada, como se fossem a priori: eles são histórica e socialmente construídos a partir de discursos veiculados, reiterados e legitimados em práticas comunicativas cotidianas. Em outras palavras, o “social” não apenas influencia o modelo mental: ele está inscrito nele, porque é no interior das relações, instituições e circulações discursivas que o sujeito aprende a ver, classificar, temer, rejeitar ou valorizar.

Mesmo quando nossas ações partem de modelos mentais já sedimentados, elas podem reorientar práticas discursivas: ao repetir, contestar, ressignificar ou recusar certos enunciados, o sujeito intervém na circulação social dos sentidos. E, como essa circulação social retroage sobre a própria cognição, a mudança discursiva, também resultante da ação, tende a impactar o próprio modelo mental, num movimento reflexivo em que o sujeito é, simultaneamente, agente e objeto do processo.

É nesse sentido que van Dijk (2017) permite compreender o poder como mecanismo que opera pelo discurso para influenciar e controlar mentes; contudo, mesmo em um cenário marcado pela força de grandes corporações e big techs, que modulam visibilidades e hierarquizam o que circula, a tríade proposta pelo autor abre espaço para sustentar que há fissuras, disputas e possibilidades de transformação: porque, se o discurso atua sobre a mente, a mente em interação social também pode deslocar o discurso, e, com isso, reconfigurar, ainda que gradualmente, as condições de produção do social.

As contribuições de Wodak (2001) mostram-se igualmente centrais para a compreensão do discurso político, especialmente no que se refere aos processos de legitimação. Para a autora, práticas discursivas não apenas descrevem ou comentam ações políticas, mas operam ativamente na justificação de decisões, medidas e posicionamentos ideológicos, frequentemente apresentados como naturais, inevitáveis ou tecnicamente necessários. A abordagem histórico-discursiva por ela desenvolvida permite analisar os enunciados em sua inserção em contextos sócio-históricos específicos, evidenciando como determinados sentidos se constroem e se estabilizam ao longo do tempo. Nesse quadro, narrativas associadas à segurança, à limpeza urbana e ao combate ao crime funcionam como recursos recorrentes para legitimar intervenções repressivas direcionadas a grupos socialmente vulnerabilizados, deslocando tais ações do campo da violência institucional para o da suposta racionalidade administrativa ou do interesse coletivo.

Essa compreensão do discurso como prática social complexa é sintetizada pela pesquisadora ao defini-lo como “um complexo conjunto de atos linguísticos simultâneos e sequencialmente inter-relacionados que se manifestam dentro e através dos âmbitos sociais de ação” (Weiss; Wodak, 2003, p. 105). A citação reforça que a legitimação não se produz em um único enunciado isolado, mas resulta da articulação entre múltiplos atos discursivos que se acumulam, se reforçam e se recontextualizam em diferentes esferas sociais. Na sociedade contemporânea, marcada pela circulação acelerada de discursos em meios institucionais, midiáticos e digitais, esse encadeamento discursivo torna-se ainda mais eficaz, pois permite que argumentos legitimadores sejam continuamente atualizados e naturalizados. Assim, a perspectiva de Wodak contribui para evidenciar como o poder político se sustenta não apenas por decisões formais, mas pela repetição e pela sedimentação de narrativas que produzem consenso, invisibilizam conflitos e normalizam a exclusão social.

Assim, ao articular as contribuições de Fairclough, van Dijk e Wodak, este estudo adota uma perspectiva analítica capaz de apreender tanto os mecanismos linguísticos e discursivos quanto os processos ideológicos e cognitivos que sustentam a criminalização simbólica da pobreza no discurso político conservador brasileiro, especialmente no ambiente midiático-digital.

Análise dos dados

A delimitação do corpus desta pesquisa concentra-se em enunciados produzidos por figuras que têm relevância política no Brasil, assumidamente conservadores, entendidos aqui como sujeitos discursivos que ocupam posições institucionais estratégicas na produção e na circulação de sentidos no espaço público. A identificação desses sujeitos considera critérios combinados, como a filiação partidária, a autodeclaração pública de alinhamento ideológico e a recorrência de posicionamentos conservadores em votações parlamentares e pronunciamentos oficiais. Tal recorte não busca homogeneizar o campo conservador, mas delimitar um conjunto de atores políticos cujos discursos apresentam regularidades temáticas e argumentativas relevantes para a análise das representações da pobreza e dos sujeitos pobres na sociedade brasileira contemporânea.

No que se refere aos ambientes de circulação discursiva, o corpus foi constituído a partir de publicações realizadas em plataformas digitais amplamente utilizadas na comunicação política contemporânea, a saber: X/Twitter, Instagram e Facebook. Foram analisados textos postados diretamente pelos próprios atores políticos, incluindo postagens textuais, legendas de imagens, reels e publicações públicas em páginas institucionais ou pessoais. A centralidade dessas plataformas justificou-se por seu papel na mediação entre representantes políticos e a opinião pública, bem como por sua capacidade de amplificar discursos, produzir engajamento e contribuir para a naturalização de determinadas narrativas no cotidiano social.

Como critério de seleção dos textos, adotou-se o engajamento midiático como indicador de relevância discursiva. Foram priorizados enunciados que apresentaram elevado número de curtidas, compartilhamentos e comentários, bem como aqueles que alcançaram circulação ampliada por meio da replicação em portais de notícias, colunas de opinião ou outros espaços midiáticos. Além disso, os

textos selecionados tematizaram explicitamente questões relacionadas à população em situação de rua, à chamada “cracolândia”, aos trabalhadores informais e às políticas de assistência social. Esse recorte temático permitiu focalizar discursos que operaram diretamente no campo semântico da pobreza, reforçando a pertinência social e analítica do corpus.

O discurso proferido por Jair Bolsonaro no plenário da Câmara dos Deputados, em novembro de 2013, explicita de forma particularmente agressiva a desumanização simbólica da população pobre e a deslegitimação das políticas de assistência social. Ao reduzir os sujeitos pobres a uma função estritamente instrumental no processo democrático, o voto, o enunciador constrói uma representação segundo a qual esses indivíduos não possuem agência, racionalidade ou valor social próprio. Trata-se de um discurso que desloca a pobreza do campo dos direitos e da cidadania para o campo da manipulação política e da incapacidade intelectual, reforçando estigmas historicamente associados às classes populares: “Só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsas do governo” (Bolsonaro, 2013).

Sob a perspectiva da cognição social, conforme formulada por van Dijk, o enunciado aciona modelos mentais fortemente estigmatizantes, nos quais os sujeitos pobres são representados como intelectualmente limitados, politicamente manipuláveis e destituídos de autonomia crítica. A expressão “diploma de burro no bolso” funciona como um marcador simbólico de inferiorização cognitiva, produzindo uma fronteira discursiva nítida entre um “nós”, racional, esclarecido e moralmente qualificado, e um “eles”, incapaz, irracional e facilmente instrumentalizável.

Curiosamente, esse mesmo esquema cognitivo pode ser observado em produções midiáticas contemporâneas ao discurso analisado, como a capa da revista *Veja* que apresenta uma mulher negra, nordestina e de baixa renda sob a manchete “Ela pode decidir a eleição”. Embora envolta em uma aparência de reconhecimento político, a imagem reforça uma lógica de alteridade ao reduzir a cidadania do sujeito pobre à sua função eleitoral, construindo-o como objeto de disputa e não como agente político pleno. Assim, tanto o discurso parlamentar quanto a representação midiática convergem na produção de modelos mentais que naturalizam a exclusão política, legitimam hierarquias simbólicas e reforçam a ideia de que o voto popular, sobretudo o voto dos pobres, é algo a ser tutelado, temido ou controlado quando não se alinha a determinados projetos ideológicos.

Imagem 1: Capa da revista *Veja* sobre o voto de uma mulher pobre e nordestina

Fonte: “Veja” (2013).

À luz da perspectiva de Fairclough, o discurso deve ser compreendido como uma prática social com efeitos ideológicos diretos, na medida em que atua na deslegitimação das políticas de transferência de renda e na corrosão simbólica da cidadania dos sujeitos pobres. Ao classificar tais políticas como “nefastas”, o enunciado de Bolsonaro contribui para a construção de uma hegemonia discursiva que apresenta a assistência social não como mecanismo de redução das desigualdades, mas como estratégia de manipulação eleitoral. Assim, escolhas linguísticas marcadamente ofensivas operam politicamente para justificar a retirada de direitos, o enfraquecimento do Estado social e a defesa de soluções autoritárias ou punitivas.

Sob a abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak, esse discurso integra um processo de legitimação da exclusão e da desigualdade, no qual ataques simbólicos a grupos vulnerabilizados são utilizados para sustentar determinadas posições políticas. Ao negar aos pobres qualquer utilidade social que não seja o voto, o enunciado produz uma narrativa que desumaniza e desqualifica um grupo inteiro da população, criando as condições simbólicas para a aceitação de políticas de controle, repressão ou supressão de direitos.

Desse modo, a fala analisada não se restringe a um episódio isolado de retórica agressiva, mas se insere em um complexo conjunto de atos discursivos que fragilizam a democracia, ao questionar a legitimidade política e a dignidade social dos sujeitos historicamente marginalizados.

As declarações de Jair Bolsonaro sobre planejamento familiar e controle de natalidade, proferidas em diferentes momentos de sua trajetória política, evidenciam de forma sistemática a biologização da pobreza e sua conversão em problema demográfico e moral. Ao associar diretamente a reprodução das camadas populares ao “inchaço” de programas sociais, o enunciador constrói a pobreza como resultado da irresponsabilidade individual e da incapacidade intelectual dos próprios sujeitos pobres, afastando qualquer leitura estrutural das desigualdades sociais. Nesse enquadramento,

políticas públicas de assistência deixam de ser concebidas como direitos e passam a ser tratadas como efeitos colaterais indesejáveis de uma população considerada incapaz de autorregulação.

Não estou autorizado a falar isso, que botei na mesa, mas eu gostaria que o Brasil tivesse um programa de planejamento familiar. Um homem e uma mulher com educação dificilmente vão querer ter um filho a mais para engordar um programa social. [...] Não adianta nem falar em educação porque a maioria do povo não está preparada para receber educação e não vai se educar. Só o controle da natalidade pode nos salvar do caos (Bolsonaro, 2008 apud O Povo, 2018).

Defendo a pena de morte e o rígido controle de natalidade, porque vejo a violência e a miséria cada vez mais se espalhando neste país. Quem não tem condições de ter filhos não deve tê-los. É o que defendo, e não estou preocupado com votos para o futuro (Bolsonaro, 1993 apud Folha de S.Paulo, 2018).

Sob a perspectiva da cognição social, conforme formulada por van Dijk, tais enunciados ativam modelos mentais profundamente excludentes, nos quais os pobres são representados como sujeitos incapazes de aprender, de se educar e de exercer planejamento racional sobre suas próprias vidas. A afirmação de que “a maioria do povo não está preparada para receber educação” reforça uma representação cognitiva que naturaliza a desigualdade intelectual e legitima a exclusão de grandes parcelas da população do acesso a direitos fundamentais. Esses modelos mentais não surgem isoladamente, mas se alimentam de discursos históricos que associam pobreza à ignorância, à violência e ao caos social.

À luz da perspectiva de Fairclough, essas falas devem ser compreendidas como práticas discursivas com efeitos ideológicos profundos, pois produzem sentidos que sustentam projetos políticos autoritários e punitivistas. Ao defender o controle rígido da natalidade como solução para a miséria e a violência, o discurso desloca o enfrentamento da pobreza do campo das políticas sociais, educacionais e econômicas para o campo do controle dos corpos e da reprodução. Escolhas linguísticas que aparentam racionalidade técnica atuam, na verdade, na naturalização de uma visão de mundo que legitima a supressão de direitos em nome da ordem e da estabilidade social.

Sob a abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak, esses enunciados integram um processo de legitimação simbólica da exclusão, no qual medidas extremas, como controle de natalidade e pena de morte, são apresentadas como respostas necessárias a um cenário de “caos” atribuído às camadas populares. Ao construir os pobres como causa da miséria, da violência e do colapso social, o discurso cria as condições simbólicas para que políticas autoritárias sejam percebidas como inevitáveis ou até desejáveis. Dessa forma, as falas analisadas revelam um repertório discursivo coerente, no qual pobreza, criminalidade e reprodução são articuladas para sustentar uma visão hierárquica da sociedade, na qual determinados grupos são implicitamente considerados descartáveis ou indesejáveis.

Uma fala atribuída ao deputado federal Kim Kataguirí, veiculada em redes sociais, insere-se em um repertório discursivo característico do liberalismo conservador, no qual a pobreza é tratada prioritariamente como resultado de falhas individuais e a política de assistência social é apresentada como ineficaz ou contraproducente. Ao sugerir que programas de transferência de renda não produzem

mudanças reais na condição social dos beneficiários, o enunciador desloca o debate da esfera dos direitos sociais e das desigualdades estruturais para uma lógica meritocrática, segundo a qual a mobilidade social depende prioritariamente da qualificação individual e não de políticas redistributivas. Nessa direção, Kim Katagiri (2023) afirma que “a cota nunca vai atingir o sujeito de fato na miséria [...] enquanto não solucionarmos o problema estrutural de falta de gestão e falta de investimento na educação básica”.

Do ponto de vista da cognição social, conforme formulado por van Dijk, o enunciado mobiliza modelos mentais amplamente difundidos no senso comum neoliberal, que associam políticas de assistência à estagnação, à dependência e à ausência de mérito. Ao reduzir a complexidade da pobreza a uma constatação aparentemente empírica, “continuou pobre”, o discurso naturaliza a ideia de que a permanência da condição social decorre da ineficiência do indivíduo, e não de fatores estruturais como desigualdade histórica, precarização do trabalho ou limitações no acesso a direitos básicos. Assim, constrói-se uma representação cognitiva na qual o pobre aparece como sujeito passivo, incapaz de transformar sua realidade mesmo quando apoiado por políticas públicas.

À luz da perspectiva de Fairclough, esse enunciado deve ser compreendido como uma prática discursiva com efeitos ideológicos, e não como simples avaliação técnica de políticas públicas. A escolha de uma formulação sintética e categórica contribui para a deslegitimação simbólica dos programas sociais, reforçando uma hegemonia discursiva que apresenta o Estado como ineficiente e a assistência como desperdício de recursos. Ao operar nesse registro, o discurso participa da produção de sentidos que justificam a retração das políticas sociais e a priorização de soluções baseadas exclusivamente no mercado e no esforço individual, esvaziando o debate sobre justiça social e responsabilidade coletiva.

Essa lógica de deslegitimação simbólica das políticas sociais também se expressou no plano propositivo-legislativo. Um exemplo é o PL 4125/2021, de autoria do referido político, que propôs alterar a Lei 12.711/2012 para destinar as cotas nas instituições federais exclusivamente a estudantes de baixa renda, proibindo a chamada “discriminação positiva” baseada em “cor, raça ou origem” e revogando, assim, os dispositivos que reservam vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, além de outros grupos previstos na lei (Agência Câmara de Notícias, 2022).

Ao concentrar o debate no recorte econômico e desautorizar o recorte racial como “discriminação”, o projeto reconduziu a discussão à gramática da eficiência e da “neutralidade”, típica de uma hegemonia liberal-conservadora que tende a reduzir desigualdades históricas complexas a um único eixo explicativo.

A justificativa apresentada pelo parlamentar, segundo a qual “quem é excluído da educação é o pobre” e que “a pobreza não tem cor”, operou discursivamente como estratégia de apagamento das mediações entre classe e raça, ao tratar a desigualdade racial como categoria indevida ou irrelevante para a política pública. Do ponto de vista da ACD, trata-se de um movimento de recontextualização ideológica: ao reposicionar a ação afirmativa como “discriminação positiva” e ao reduzir a exclusão educacional a um problema estritamente econômico, o discurso reforça a naturalização de hierarquias

raciais historicamente produzidas, convertendo-as em um “excesso” interpretativo e, com isso, estreitando o horizonte do debate sobre justiça social. Essa operação tende a legitimar a substituição de políticas reparatórias por soluções consideradas “universais”, mesmo quando essas soluções não enfrentam os mecanismos específicos de racialização da pobreza e de desigualdade de oportunidades que estruturam o acesso à educação no Brasil.

Sob a abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak, a fala integra um processo de legitimação no qual cortes, restrições ou reformulações punitivas das políticas de assistência podem ser apresentados como decisões racionais, técnicas e moralmente corretas. Ao sugerir que os pobres “continuam pobres” apesar do auxílio, o discurso constrói uma narrativa de ineficácia que sustenta a ideia de que tais políticas não apenas falham, mas seriam intrinsecamente equivocadas. Dessa forma, a pobreza deixa de ser compreendida como problema social complexo e passa a ser enquadrada como evidência da inutilidade da intervenção estatal, reforçando estigmas e contribuindo para a reprodução discursiva das desigualdades na sociedade brasileira.

Os enunciados produzidos por Kim Kataguiiri em diferentes plataformas digitais revelam uma estratégia discursiva recorrente de reconfiguração da crítica às políticas sociais, na qual o parlamentar afirma não se opor à ajuda aos pobres, ao mesmo tempo em que desloca o foco da desigualdade estrutural para um discurso de eficiência econômica e gestão pública. Essa operação discursiva permite ao enunciator se afastar, em termos explícitos, de uma posição abertamente punitiva, ao mesmo tempo em que constrói as políticas de transferência de renda como injustas, ineficazes e prejudiciais a outros segmentos sociais, especialmente a chamada “classe média”: “País sério, país desenvolvido, não carimba as suas verbas de imposto [...] Há menos miséria, menos pobreza, uma classe média robusta” (Kataguiiri, 2026).

Sob a ótica da cognição social, conforme van Dijk, esse enunciado ativa modelos mentais que opõem “pobres” e “classe média” como grupos em conflito, deslocando o debate das desigualdades estruturais para uma lógica de competição por recursos estatais. Ao enquadrar a política social como “punição” a um grupo social produtivo, o discurso naturaliza a ideia de que a redistribuição é intrinsecamente injusta e que a pobreza deve ser enfrentada prioritariamente por critérios de eficiência econômica. Assim, mesmo quando afirma não criminalizar os pobres, o enunciator contribui para a consolidação de representações cognitivas que veem a assistência social como desperdício ou desvio moral, reforçando estigmas associados aos beneficiários dessas políticas.

A mesma lógica se intensifica quando Kim Kataguiiri desloca a explicação da criminalidade das condições estruturais para a responsabilização individual, ao rejeitar a associação entre pobreza, desigualdade social e violência. Em discurso na Câmara dos Deputados, afirmou que “o grande problema da violência, o grande problema da criminalidade seria a pobreza. Antes de qualquer coisa, isso é uma ofensa aos pobres. Afirmar isso é partir da premissa de que quanto mais pobre você é, maior a chance de você cometer crimes” (Kataguiiri, 2019).

À luz da perspectiva de Fairclough, tais enunciados devem ser compreendidos como práticas discursivas com efeitos ideológicos, pois contribuem para a construção de uma hegemonia que dissocia

violência e criminalidade das condições materiais de vida. Ao negar ou minimizar o peso das desigualdades sociais, o discurso legitima respostas centradas na repressão, no endurecimento penal ou na responsabilização individual, ao mesmo tempo em que enfraquece argumentos em favor de políticas públicas estruturantes nas áreas de assistência, educação e trabalho. Desse modo, escolhas linguísticas aparentemente técnicas ou racionais participam da produção de sentidos que sustentam projetos políticos específicos.

Observa-se que esses enunciados integram um processo de legitimação no qual políticas de redução do papel do Estado e de contenção de gastos sociais são apresentadas como decisões inevitáveis e racionalmente justificadas. Ao afirmar que a assistência representa “má gestão” e ao desvincular pobreza e criminalidade, o discurso constrói um quadro narrativo no qual a desigualdade deixa de ser um problema social coletivo e passa a ser interpretada como resultado de escolhas individuais ou falhas morais. Assim, ainda que o enunciador rejeite explicitamente a punição direta aos pobres, seus discursos contribuem para a naturalização da exclusão e para a reprodução simbólica das hierarquias sociais, reforçando uma visão meritocrática que limita o horizonte do debate público sobre justiça social no Brasil.

Embora não se trate de um enunciado diretamente voltado à pobreza no contexto brasileiro, o caso envolvendo Arthur do Val revela de forma contundente como a condição de pobreza pode ser mobilizada discursivamente como marcador de inferiorização, vulnerabilidade e desumanização, constituindo um traço semântico recorrente em determinados discursos políticos e midiáticos.

A fala do então deputado, proferida em áudios vazados durante a guerra na Ucrânia, associa a pobreza das mulheres refugiadas a uma suposta disponibilidade sexual, demonstrando uma dupla violência simbólica: de gênero e de classe. Nesse sentido, ainda que o objeto imediato do discurso não sejam os pobres brasileiros, o enunciado expressa uma lógica discursiva que naturaliza hierarquias sociais e legitima práticas degradantes a partir da vulnerabilidade econômica: “As ucranianas são fáceis porque são pobres. Elas ganham 1.200 euros por mês, isso dá 6 mil reais. São fáceis porque são pobres” (Arthur do Val, 03 mar. 2022 apud Metrôpoles, 2022)

Sob a perspectiva da cognição social, conforme formulada por van Dijk, o enunciado ativa modelos mentais que associam pobreza à fragilidade moral, à submissão e à ausência de autonomia. A condição econômica aparece como explicação causal para comportamentos atribuídos às mulheres, reforçando estereótipos que circulam socialmente e que vinculam pobreza à perda de dignidade e de capacidade de escolha. Trata-se de uma representação cognitiva que transforma sujeitos em objetos, apagando suas trajetórias, contextos de violência extrema e condições históricas, ao mesmo tempo em que legitima a posição de superioridade do enunciador.

À luz da perspectiva de Fairclough, o enunciado não apenas expressa uma opinião individual, mas reproduz e reforça uma ordem social na qual sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica são simbolicamente colocados em posição de menor valor social. A naturalização da pobreza como justificativa para a objetificação sexual evidencia como discursos aparentemente informais ou privados

também participam da produção e da reprodução de relações de dominação, especialmente quando proferidos por agentes públicos investidos de capital político e midiático.

Sob a abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak, esse episódio pode ser analisado como parte de um processo de legitimação simbólica da desigualdade, no qual a pobreza é mobilizada como explicação “natural” para práticas abusivas e discursos violentos. Ao associar diretamente pobreza e disponibilidade, o enunciado constrói uma narrativa que normaliza a exploração de sujeitos vulneráveis e dilui a responsabilidade ética do agressor. Assim, ainda que o caso não trate diretamente de políticas públicas ou da pobreza no Brasil, ele se mostra analiticamente relevante por evidenciar como a condição de pobreza funciona, no discurso, como operador de desqualificação humana, revelando continuidades semânticas entre discursos misóginos, classistas e excludentes que atravessam o campo político contemporâneo.

O próximo discurso analisado, embora não mencione explicitamente a população pobre, se insere em um repertório discursivo recorrente no pensamento liberal-conservador, no qual o trabalho é elevado a valor moral absoluto, enquanto a pobreza e a precariedade são indiretamente associadas à falta de esforço individual. Ao comentar negativamente a existência de feriados, Rodrigo Constantino constrói uma representação moralizante da sociedade brasileira, caracterizando-a como inclinada à ociosidade e avessa ao trabalho, o que estabelece um pano de fundo simbólico propício à deslegitimação de políticas de proteção social e de direitos trabalhistas: “Entendo também que os demais não se importam, pois afinal, trata-se de mais um dia de ócio nada criativo, para um povo que idolatra a preguiça.” (Constantino, 2007).

Do ponto de vista da cognição social, conforme proposto por van Dijk, o enunciado ativa modelos mentais amplamente difundidos no senso comum meritocrático, que associam sucesso econômico ao esforço individual e fracasso social à preguiça ou à falta de disciplina. Ao atribuir a um “povo” a “idolatria da ociosidade”, o discurso proporciona uma generalização que homogeneiza a sociedade brasileira e naturaliza hierarquias morais entre quem trabalha, implicitamente visto como virtuoso, e quem não trabalha o suficiente, implicitamente visto como inferior. Esses modelos mentais, embora não nomeiem diretamente os pobres, funcionam como base cognitiva para discursos que responsabilizam indivíduos por sua condição socioeconômica.

À luz da perspectiva de Fairclough, a fala deve ser compreendida como uma prática discursiva com efeitos ideológicos, pois contribui para a construção de uma hegemonia que valoriza o trabalho apenas em sua dimensão produtivista e mercantil, desconsiderando as condições concretas de exploração, informalidade e desigualdade estrutural que marcam o mundo do trabalho no Brasil. Ao desqualificar o descanso e os direitos trabalhistas como expressão de “preguiça”, o discurso atua na naturalização de reformas e políticas que reduzem garantias sociais, apresentando-as como necessárias para combater uma suposta falha moral coletiva.

Esse enunciado pode ser compreendido como parte de um processo de legitimação mais amplo, no qual a retirada de direitos e o enfraquecimento das políticas sociais são justificados por narrativas que atribuem à cultura nacional e, de forma implícita, aos grupos mais vulnerabilizados, a

responsabilidade pelas desigualdades existentes. Ao moralizar o debate sobre trabalho e descanso, o discurso desloca a atenção das estruturas econômicas e institucionais para o comportamento dos sujeitos, reforçando estigmas que permitem enquadrar a pobreza não como problema social, mas como consequência “natural” da ociosidade. Assim, ainda que não trate diretamente de pobres, a fala analisada participa da reprodução simbólica de sentidos que sustentam a culpabilização dos grupos socialmente vulneráveis e a restrição do horizonte de políticas públicas voltadas à justiça social.

Mais adiante, podemos observar a caracterização feita por Rodrigo Constantino a respeito dos chamados “rolezinhos”, encontros de jovens, majoritariamente oriundos das periferias urbanas, em espaços comerciais de elite, evidência de forma explícita a moralização e a hierarquização cultural de grupos socialmente vulnerabilizados.

Ainda que o fenômeno analisado não seja diretamente a pobreza enquanto política pública, o enunciado recai sobre sujeitos cuja condição social é historicamente marcada pela exclusão, produzindo sentidos que associam práticas culturais populares à barbárie, à inferioridade e à ausência de civilidade. Trata-se de um discurso que desloca conflitos sociais e espaciais para o plano da moral e da cultura, apagando as desigualdades estruturais que atravessam esses grupos: “Esses jovens são bárbaros incapazes de reconhecer a própria inferioridade” (Constantino, 2014).

Do ponto de vista da cognição social, conforme a abordagem de van Dijk, o enunciado ativa modelos mentais baseados na oposição simbólica entre “civilizados” e “bárbaros”, “superiores” e “inferiores”, produzindo uma fronteira nítida entre grupos sociais. A atribuição da “inferioridade” como algo que deveria ser reconhecido pelos próprios sujeitos revela um processo de naturalização das hierarquias sociais, no qual desigualdades econômicas e espaciais são reinterpretadas como diferenças culturais ou falhas morais. Esses modelos mentais não apenas organizam a percepção do público sobre os jovens das periferias, mas também orientam julgamentos sociais que legitimam sua exclusão de determinados espaços urbanos.

Esse enunciado também pode ser compreendido como uma prática discursiva que produz e reproduz relações de poder, ao contribuir para a construção simbólica de certos grupos como indesejáveis ou ilegítimos em espaços socialmente valorizados. Ao qualificar os participantes dos “rolezinhos” como “bárbaros”, o discurso atua na legitimação de práticas de controle, repressão e segregação urbana, frequentemente justificadas em nome da ordem, da segurança ou da proteção da propriedade privada. Assim, escolhas lexicais carregadas de juízo moral atuam ideologicamente na manutenção de uma hegemonia que associa pertencimento social a padrões específicos de consumo, comportamento e origem de classe.

Sob a abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak, esse enunciado integra um processo de legitimação simbólica da exclusão, no qual a repressão de práticas culturais populares é apresentada como resposta necessária e racional a um suposto déficit civilizatório dos sujeitos envolvidos.

Ao reduzir um fenômeno social complexo a uma falha moral e cultural dos jovens periféricos, o discurso silencia as condições materiais de desigualdade e reforça estigmas que atravessam o debate público sobre pobreza, cidade e juventude no Brasil. Desse modo, ainda que o foco imediato seja um

evento cultural específico, a fala analisada se articula a um repertório discursivo mais amplo que constrói os pobres e os sujeitos das periferias como portadores de valores “inferiores”, legitimando sua marginalização no espaço social e urbano.

Considerações finais

Este artigo analisou, à luz da Análise Crítica do Discurso (Fairclough), da abordagem sociocognitiva (van Dijk) e da perspectiva histórico-discursiva (Wodak), como o discurso político-midiático conservador brasileiro tem operado na criminalização simbólica da pobreza, deslocando-a do campo dos direitos para o campo da moralidade, da punição e da “ordem”. Os dados examinados permitiram evidenciar regularidades discursivas que se repetiram em diferentes sujeitos e plataformas: a produção do pobre como sujeito funcional e inferiorizado (Bolsonaro), a deslegitimação da assistência como desperdício ou má gestão (Kataguiri), a biologização e demografização da miséria (controle da natalidade), a culpabilização cultural pelo “não trabalho” (Constantino) e a hierarquização moral e civilizatória de jovens periféricos (rolezinhos). Tais regularidades confirmaram que a pobreza foi reconfigurada discursivamente como “problema” a ser administrado, contido ou corrigido, em vez de ser compreendida como resultado de contradições estruturais do modo de produção capitalista e de suas mediações históricas (desigualdade, racismo, precarização, segregação territorial).

A análise mostrou que esses enunciados não se restringiram a opiniões isoladas: eles funcionaram como práticas sociais que produziram e reforçaram efeitos ideológicos. Em Fairclough, observou-se como escolhas lexicais e enquadramentos aparentemente “racionalis” (eficiência, gestão, neutralidade, segurança) sustentaram projetos políticos específicos, especialmente a retração de políticas sociais e a naturalização de respostas punitivas.

Em van Dijk, evidenciou-se a ativação de modelos mentais socialmente partilhados que organizaram a percepção do público por meio da polarização “nós” versus “eles”, produzindo o pobre e o periférico como alteridade ameaçadora, inferior ou manipulável, e, portanto, como alvo legítimo de tutela, repressão ou desqualificação. Em Wodak, tornou-se visível como tais sentidos se estabilizaram por estratégias de legitimação que recontextualizaram desigualdades materiais como questões morais e culturais, ao mesmo tempo em que apresentaram a exclusão como necessária, inevitável ou tecnicamente justificável.

Do ponto de vista crítico, os resultados reforçam que a criminalização da pobreza, longe de ser apenas um fenômeno jurídico, constituiu-se como processo discursivo de produção de consenso. Nesse processo, a violência institucional e a seletividade penal tenderam a ser normalizadas: o endurecimento dirigido aos “inimigos sociais” conviveu com a flexibilidade quando o conflito tocou as elites políticas, atualizando a lógica de “dois pesos e duas medidas” já apontada pela crítica marxista ao Estado e ao direito em sociedades de classe. Assim, a investigação confirmou que o discurso conservador, ao silenciar mediações estruturais e oferecer soluções superficiais e punitivas, contribuiu para ocultar a materialidade da desigualdade e para consolidar um imaginário social que transforma sujeitos vulnerabilizados em problema moral, risco urbano ou ameaça à ordem.

Ao situar o trabalho do analista no plano do mundo material e concreto, o estudo sustentou que a ACD oferece instrumentos para desnaturalizar tais enquadramentos e revelar o que permanece apagado: as relações de exploração, os mecanismos de racialização da pobreza, a precarização do trabalho e a produção histórica da segregação.

Esta pesquisa aponta para a necessidade de ampliar investigações futuras que incorporem séries históricas de postagens, comparação entre campos políticos, análise multimodal (imagem–texto) e mapeamento do papel das plataformas (algoritmos e engajamento) na amplificação de discursos punitivistas. Ao demonstrar como a linguagem participa da reprodução de hierarquias e da legitimação da coerção, o artigo reafirma que disputar o discurso é também disputar as condições de inteligibilidade do social, e, portanto, as possibilidades de justiça e de reconhecimento para aqueles que, no Brasil, são continuamente convertidos em “caso de polícia” quando deveriam ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

Fontes

- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto acaba com cotas baseadas em cor ou raça nas universidades. *Câmara dos Deputados*, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/QkEi>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- BOLSONARO, Jair. Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 6 nov. 2013. *Câmara dos Deputados*, 2013. Disponível em: <https://encurtador.com.br/WZTo>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- BRAGON, Ranier. Bolsonaro defendeu a esterilização de pobre para combater miséria e crime. *Folha de S. Paulo*, 11 jul. 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ehBe>. Acesso em: 16 jul. 2026.
- CONSTANTINO, Rodrigo. Feriado racista. *Rodrigo Constantino (blog)*, 20 nov. 2007. Disponível em: <https://rodrigoconstantino.blogspot.com/2007/11/>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- CONSTANTINO, Rodrigo. O rolezinho da inveja ou a barbárie se protege sob o manto do preconceito. *Gazeta do Povo*, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/4wbZS2L>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- FERREIRA, Nikolas. Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 28 de outubro de 2025. *Câmara dos Deputados*, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/lXOv>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- KATAGUIRI, Kim. Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 02 abr. 2019. *Câmara dos Deputados*, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/PsnN>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- KATAGUIRI, Kim. Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 09 ago. 2023. *Câmara dos Deputados*, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/lEOo>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- KATAGUIRI, Kim. Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 08 abr. 2026. *Câmara dos Deputados*, 2026. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rMPH>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- METRÓPOLES. Em áudio, Mamãe Falei diz que ucranianas “são fáceis, pois são pobres”. *Metrópoles*, 04 mar. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/QaCZ>. Acesso em: 26 jun. 2026.
- O POVO. Bolsonaro defendeu esterilização como forma de combater miséria e criminalidade. *O Povo*, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4glZynH>. Acesso em: 26 jun. 2026.
- VEJA. Ela pode decidir a eleição. *Veja*, n. 969, capa, 2013.

Referências

- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman/Pearson, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Routledge, 2010.

MARX, Karl. *Os despossuídos*: debates sobre a lei punitiva relativa ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

VAN DIJK, Teun. *Discurso e contexto*: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun. Critical discourse analysis. In: TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi; SCHIFFRIN, Deborah (Orgs.). *The handbook of discourse analysis*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015, p. 466-485.

VAN DIJK, Teun. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2017.

WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth (Orgs.). *Critical discourse analysis*: theory and interdisciplinarity. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2003.

WODAK, Ruth. The discourse-historical approach. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, 2001, p. 69-95.